

# **REGULAÇÃO CONSOLIDA PÓS, MAS AVALIAÇÃO PREJUDICA QUALIDADE, DIZ JOÃO FERREIRA**

Pedro Estevam da Rocha Pomar  
*Editor da Revista Adusp*

Arquivo Pessoal



*Professor João Ferreira de Oliveira (UFG)*

*“A avaliação tem assumido uma enorme centralidade na vida dos Programas de Pós-Graduação, em detrimento, por exemplo, da proposta do Programa, do processo de formação, da qualidade das pesquisas e dos produtos (teses e dissertações)”. A conclusão é do professor João Ferreira de Oliveira, da UFG, ao constatar que a expansão da Pós na última década foi acompanhada por maior gerenciamento e controle do trabalho acadêmico, com repercussões negativas na formação de mestres e doutores*

A Pós-Graduação *stricto sensu* consolidou-se no Brasil, com números muito eloquentes: em 2013, foram 203 mil matrículas, das quais 172 mil (85%) na esfera pública; no mesmo ano, existiam “3.791 Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* ou 5.670 cursos de mestrado ou doutorado”; em 2011, foram titulados 42.830 mestres e 12.217 doutores.

No entender de João Ferreira de Oliveira, doutor em educação pela USP e professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), a consolidação da Pós no país deve-se, “em grande parte, ao binômio avaliação-financiamento que foi construído e tem sido gerenciado pela Capes desde os anos 1970”.

Oliveira constatou que a Pós viveu, na última década, um grande processo de expansão, que se deu paralelamente à imposição do produtivismo acadêmico (com aumento do gerenciamento e do controle

do trabalho acadêmico) e ao atendimento, pelas agências e instituições de ensino, de demandas do capital.

A seu ver, a avaliação tem assumido “uma enorme centralidade na vida dos Programas de Pós-Graduação, em detrimento, por exemplo, da proposta do programa, do processo de formação, da qualidade das pesquisas e dos produtos (teses e dissertações)”. Ele entende que a formação de mestres e doutores tem sido pouco consistente.

“A própria necessidade de produzir cada vez mais faz com que os professores estejam, muitas vezes, mais preocupados com a sua própria produção do que com a formação e orientação [dos alunos]”, adverte o professor da UFG nas declarações que concedeu à *Revista Adusp*. Seu artigo mais recente sobre o tema, “A Pós-Graduação e a pesquisa no Brasil: processos de regulação e de reconfiguração da formação e da produção do tra-

balho acadêmico”, está disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/7138/4546>.

**Revista Adusp.** Você situa o cenário da educação superior e da PG no Brasil no quadro mais amplo de reestruturação do capitalismo mundial, financeirização da economia e transformação da ciência e do conhecimento em força produtiva; e mostra que, como a rede pública de ensino superior e de institutos de pesquisa é a principal responsável pela produção de conhecimento no Brasil, o governo, atendendo às demandas do capital, voltou-se para esta rede de modo a disciplinar e redirecionar a produção. A seu ver, esse movimento de “domesticação” já pode ser considerado vitorioso? A lei 13.243/16 pode ser o golpe de misericórdia no sistema público de ensino superior e pesquisa?

**João Ferreira de Oliveira.** Essa lei, que “dispõe sobre estímulos

ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação...”, certamente acaba por contribuir na direção do processo de vinculação da produção acadêmica aos interesses do capital produtivo, na medida em que incentiva que os recursos do fundo público, que os espaços e recursos acadêmicos e que, sobretudo, o conhecimento produzido nas instituições públicas sejam colocados a serviço da lógica da inovação, da geração de tecnologias e da competitividade das empresas. Trata-se, pois, de um processo de ampliação da subordinação formal e concreta da produção acadêmica aos interesses do capital produtivo. Marilena Chauí escreveu sobre esse processo no final dos anos 1990, mostrando que as universidades públicas no Brasil estavam sendo transformadas em instituições operacionais, funcionais ou de resultados, em lugar da sua afirmação como instituições sociais, com autonomia para se autodefinir, com liberdade de ensino e pesquisa e com engajamento na resolução dos problemas sociais, dentre outros. Mas talvez a maior mudança se dê na gestão universitária e na mentalidade dos pesquisadores que, com essa lei, ampliarão cada vez mais o seu vínculo e compromisso com a geração de inovações, patentes e tecnologias para as empresas, em detrimento do compromisso com a socialização do conhecimento produzido no espaço público.

**Revista Adusp.** No seu artigo “A Pós-Graduação e a pesquisa no Brasil: processos de regulação e de reconfiguração da formação e

da produção do trabalho acadêmico” (2015), você demonstra que a PG passou por um notável processo de expansão na última década, ao mesmo tempo em que sujeitava-se mais e mais à lógica mercantil e às demandas do capital, conforme orientação da Capes e de outras agências. Tal reconfiguração traz, a seu ver, repercussões negativas para o futuro da PG e da pesquisa, como a homogeneização, a ênfase na produtividade, nas performances e na competição, o descompromisso com as questões sociais, a proliferação de *papers* pouco relevantes etc. Você pode discorrer sobre esse ponto, se possível com alguns exemplos concretos?

**JFO.** O sistema de Pós-Graduação que temos no Brasil é bastante consolidado e se deve, grande parte, ao binômio avaliação-financiamento que foi construído e tem sido gerenciado pela Capes desde os anos 1970. As universidades públicas, sobretudo as federais, não teriam condições de manter e expandir suas vagas sem os recursos da Capes para manutenção e ampliação. Ou seja, os recursos para manutenção e ampliação dos Programas de Pós-Graduação não estão nos orçamentos das universidades, mas sim na Capes que trata diretamente com as pró-reitorias e essas, por sua vez, com os Programas; tais recursos dependem totalmente das prioridades estabelecidas pela Capes para cada área de conhecimento. Os recursos para realização das bancas, concessão de bolsas, participação em eventos, publicações etc. dependem completamente dos recursos que vêm da Capes. Ocorre

que o fator que mais discrimina na avaliação é a produção bibliográfica, sobretudo em periódicos com Qualis A, o que faz com a avaliação assuma uma enorme centralidade na vida dos Programas de Pós-Graduação, em detrimento, por exemplo, da proposta do programa, do processo de formação, da qualidade das pesquisas e dos produtos (teses e dissertações), dentre outros.

É preciso certamente valorizar mais a qualidade da produção, em detrimento da quantidade, que acaba por gerar o produtivismo. Isso implica alterar elementos significativos do que é avaliado e de como se avalia, além de dar maior autonomia às universidades, embora isso seja um contrassenso já que a autonomia está assegurada no art. 207 da Constituição Federal de 1988.

*“É preciso efetivamente avaliar a formação em cada área e ver o que está ocorrendo. Os indicadores utilizados atualmente não conseguem avaliar a formação e a qualidade das pesquisas, teses e dissertações e também não focam nisso!”*

**Revista Adusp.** O artigo dedica um parágrafo aos efeitos do produtivismo vigente sobre os estu-

dantes da PG: redução dos prazos, pressões, restrições etc. Quase um “assédio moral institucional”, na mesma linha daquele imposto ao corpo docente, às vezes com graves consequências para esses mestrandos e doutorandos, parte dos quais não consegue chegar ao fim da maratona. E, como resultante de tudo isso, tem-se “uma formação pouco consistente do ponto de vista teórico, conceitual e metodológico”. Ou seja: o Brasil está formando mestres e doutores em massa, mas de modo deficiente?

**JFO.** É preciso efetivamente avaliar a formação em cada área de conhecimento e ver o que está ocorrendo e que mudanças estão se processando. Os indicadores utilizados atualmente não conseguem avaliar efetivamente, por exemplo, a formação e a qualidade das pesquisas, teses e dissertações e também não focam nisso! As alterações mencionadas, redução dos prazos, redução de disciplinas/créditos, diminuição do tempo para a realização da pesquisa e redação do trabalho final, pressões decorrentes do tempo da bolsa etc. são reais. A própria necessidade de produzir cada vez mais faz com que os professores estejam, muitas vezes, mais preocupados com a sua própria produção, do que com a formação e orientação. Isso é visível com a diminuição dos grupos de estudo, redução do tempo para orientação coletiva e também individual, diminuição de encontros presenciais, tempo para aprofundamento dos estudos etc. É nesse sentido que chamamos atenção para o risco de uma formação

pouco consistente do ponto de vista teórico, conceitual e metodológico, o que também poderá resultar em teses e dissertações que pouco contribuirão em termos do avanço do conhecimento.

**Revista Adusp.** Nesse mesmo trabalho, você observa que quase não há resistência, entre os docentes universitários, a esse processo que subordina a produção de conhecimento científico e de formação de pesquisadores aos interesses do capital, interesses mediados pela forte atuação das agências de avaliação e fomento sobre instituições e docentes (“enquadramento institucional”). O poder dessas agências, que se materializa na forma de aumento ou rebaixamento de notas dos Programas e cortes de recursos e de bolsas, explica por si só esta apatia dos docentes (e das instituições), ou haveria outras explicações concomitantes?

**JFO.** O campo científico tem também o seu *modus operandi*, sendo pautado por lutas e disputas próprias. A luta em torno da “autoridade científica” se faz presente em cada área ou subcampo do conhecimento. As agências, que contam com pessoas da comunidade científica em seus comitês, comissões, grupos de trabalho, avaliadores etc., espelham em grande parte essa realidade. Muitas vezes os interesses de pessoas ou grupos dominantes do campo científico acabam se articulando às políticas e ações estabelecidas nas agências. Há, portanto, um processo de luta em que há estratégias distintas que por vezes levam à resistência, mas que em

grande parte levam a uma adesão. O campo científico, assim como outros campos sociais, tende à reprodução das suas relações de força, no sentido da manutenção das posições existentes. A obtenção de recursos para pesquisa, Pós-Graduação, bolsas, em geral, implica participar desse jogo e isso contribui para que haja certa “apatia, adesão ou ajustamento” ao que é definido pelas agências. Isso acaba por legitimar e reforçar o poder e as políticas e ações instituídas.

**Revista Adusp.** Do ponto de vista teórico, como a Capes fundamenta o papel que tem desempenhado nas últimas décadas? Você concorda que o sistema de avaliação aplicado por essa agência e reproduzido internamente, com algumas variações, pela maioria das instituições de ensino superior públicas, é anticientífico e de matriz positivista?

**JFO.** Não concordo com a afirmação de que esse sistema de avaliação seja anticientífico, pois se apoia em fundamentos, dimensões e indicadores que permitem uma métrica rigorosa e que têm grande aderência junto a grande parte da comunidade científica. Questionamos, todavia, o modelo ou sistema de avaliação e seus fundamentos, considerando os efeitos negativos que ele vem produzindo, a exemplo do produtivismo e dos impactos nos tempos e condições para que asseguremos uma formação de mestres e doutores de alta qualidade, assim como teses e dissertações que contribuam efetivamente para o avanço do conhecimento e resolução de problemas sociais.